



COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO DE TALENTOS
COORDENADORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA
CÂMARA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

34º EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO FORENSE

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de **2h (duas) horas e 30 (trinta) minutos**, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno, que **contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

QUESTÕES OBJETIVAS	
Direito Civil	de 01 a 20
Direito Constitucional	de 21 a 40
Direito Processual Civil	de 41 a 50

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no seu **CARTÃO-RESPOSTA**, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

A lei é a expressão da vontade geral.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha.
5. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. **Somente** após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**, o candidato **poderá** entregar o **CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado e retirar-se** do recinto de realização da prova.
7. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **CARTÕES-RESPOSTA**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
8. **O FISCAL NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
9. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

2014

DIREITO CIVIL

- 01.** O direito ao esquecimento:
- (A) constitui instituto restrito aos ordenamentos consuetudinários
 - (B) possui aplicação limitada ao âmbito do estatuto do idoso
 - (C) recebe proteção oriunda da desconsideração da pessoa jurídica
 - (D) encontra-se tutelado pelo princípio da dignidade da pessoa humana
- 02.** Presume-se a solidariedade passiva:
- (A) na responsabilidade civil extracontratual
 - (B) pelo fato de duas pessoas jurídicas integrarem o mesmo grupo econômico
 - (C) no encerramento das atividades da pessoa jurídica
 - (D) pela contração de obrigações civis de natureza contratual
- 03.** A inexperiência que pode gerar a lesão significa:
- (A) imaturidade em relação à prática de ato da vida comum
 - (B) escusabilidade do erro causador de nulidade do negócio
 - (C) falta de conhecimento específico sobre o negócio em causa
 - (D) aplicação analógica do estado de perigo
- 04.** A respeito do domicílio, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) o domicílio necessário do incapaz é o do seu representante ou assistente
 - (B) o domicílio da União é o Distrito Federal
 - (C) o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo
 - (D) se a pessoa natural tiver diversas residências, deverá escolher uma delas como seu domicílio
- 05.** Pode-se afirmar que as benfeitorias voluptuárias:
- (A) têm por fim conservar o bem e evitar que se deteriore
 - (B) são de mero deleite e não aumentam o uso habitual do bem
 - (C) aumentam ou facilitam o uso do bem móvel
 - (D) decorrem da vontade exclusiva do proprietário imposta ao possuidor ou detentor
- 06.** A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas significa:
- (A) possibilidade de, em situações específicas, obter empréstimos junto a instituições financeiras
 - (B) capacidade da pessoa jurídica de ser titular de direitos e obrigações
 - (C) separação do patrimônio da pessoa jurídica e de seu instituidor, sócio ou acionista
 - (D) crescimento autossustentável do patrimônio da pessoa jurídica
- 07.** Na formação do negócio jurídico, o silêncio:
- (A) tem força absoluta, pois “quem cala, consente”, conforme se depreende dos costumes, que são fonte de direito
 - (B) somente importará anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, dispensada a declaração de vontade expressa
 - (C) indica a necessidade de interpretação subjetiva dos gestos
 - (D) deve ser respeitado como forma livre de assunção de obrigações
- 08.** A respeito da analogia, pode-se afirmar que se trata do método de:
- (A) integração das normas jurídicas
 - (B) interpretação das normas jurídicas
 - (C) hermenêutica das normas jurídicas
 - (D) violação das normas jurídicas
- 09.** Sobre os direitos da personalidade, é correto afirmar que são:
- (A) alienáveis
 - (B) vitalícios
 - (C) renunciáveis
 - (D) transmissíveis
- 10.** A condição, elemento accidental do negócio jurídico, é a cláusula que:
- (A) derivando exclusivamente da lei, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto
 - (B) derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo
 - (C) derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto
 - (D) derivando exclusivamente da lei, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo

11. Sobre as obrigações, pode-se, corretamente, afirmar que:
 - (A) nas obrigações voluntariamente contraídas, a solidariedade decorre imperiosamente da lei
 - (B) nas obrigações alternativas, a escolha da prestação a ser cumprida cabe, em regra, ao credor
 - (C) nas obrigações divisíveis, cada devedor é obrigado pela dívida toda
 - (D) nas obrigações facultativas há pluralidade de prestações devidas
12. Segundo o direito brasileiro, a chamada responsabilidade civil do Estado tem como pressuposto:
 - (A) o risco administrativo
 - (B) a culpa *in elegendo* ou *in vigilando* do agente público
 - (C) o risco integral
 - (D) a culpa parcial da vítima
13. A lei em vigor terá efeito imediato e geral:
 - (A) respeitados os termos dos negócios jurídicos anteriormente firmados
 - (B) respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada
 - (C) respeitada lei anterior que regule inteiramente a matéria em questão
 - (D) respeitada disposição em contrário de lei anterior
14. A respeito dos bens, é correto afirmar que:
 - (A) os inconsumíveis são aqueles cujo uso importa destruição imediata da própria substância
 - (B) os indivisíveis são aqueles suscetíveis de fracionamento sem alteração na sua substância
 - (C) as pertencas são espécies de bens principais que se destinam ao uso ou ao serviço
 - (D) os fungíveis são aqueles que podem ser substituídos por outros de mesma quantidade, qualidade e espécie
15. O instituto jurídico, excepcional no direito brasileiro, pelo qual a lei revogada é restaurada quando a lei revogadora perde a vigência, denomina-se:
 - (A) retrocessão
 - (B) reconvenção
 - (C) repristinação
 - (D) revalidação
16. Servidor público que tenha cumprido todos os requisitos para a concessão de aposentadoria integral, em relação à concessão do benefício, dispõe de direito:
 - (A) subjetivo
 - (B) ilíquido
 - (C) objetivo
 - (D) natural

17. A respeito da prescrição, pode-se dizer que:
 - (A) seus prazos podem ser alterados por acordo das partes
 - (B) só pode ser alegada na primeira oportunidade que o réu se manifestar no processo
 - (C) iniciada contra uma pessoa, continua a correr contra seu sucessor
 - (D) pode ser interrompida mais de uma vez
18. A rua é considerada um bem:
 - (A) dominical
 - (B) de uso especial
 - (C) privado
 - (D) de uso do povo
19. Considera-se absolutamente incapaz:
 - (A) o ébrio
 - (B) o silvícola
 - (C) o menor impúbere
 - (D) o pródigo
20. O prazo prescricional contra a Fazenda Pública é de:
 - (A) 20 anos
 - (B) 10 anos
 - (C) 03 anos
 - (D) 05 anos

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Constitui instrumento da gestão democrática da cidade:
 - (A) a audiência pública
 - (B) o sistema bicameral
 - (C) a organização não governamental
 - (D) o sufrágio universal
22. Constitui princípio da ordem tributária:
 - (A) a universalidade
 - (B) o não confisco
 - (C) a responsabilidade
 - (D) o pluralismo
23. Nos termos do ordenamento constitucional brasileiro, constitui cláusula pétrea:
 - (A) a organização do poder judiciário
 - (B) a repartição de receitas
 - (C) a forma federativa de estado
 - (D) a anualidade orçamentária
24. Nos termos da Constituição da República, gozam de imunidade de impostos:
 - (A) as atividades jornalísticas
 - (B) os templos religiosos
 - (C) as empresas públicas
 - (D) as sociedades de economia mista

25. A respeito dos direitos fundamentais de segunda geração, pode-se afirmar:
- (A) são direitos de defesa em relação ao Estado
 (B) são direitos coletivos e difusos
 (C) são direitos a prestações negativas do Estado
 (D) são direitos a prestações positivas do Estado
26. **NÃO** é característica de um Estado federal:
- (A) auto-organização dos entes federados
 (B) centralização política
 (C) participação dos entes locais na formação da vontade nacional
 (D) unidade de território e nacionalidade
27. **NÃO** pode ser objeto de Ação Declaratória de Inconstitucionalidade perante o STF:
- (A) emenda à Constituição da República
 (B) lei municipal
 (C) lei complementar
 (D) lei estadual
28. A respeito da contribuição de iluminação pública, é correto afirmar que:
- (A) é um imposto cujo fato gerador é o serviço público de iluminação
 (B) a competência para sua instituição é da União Federal
 (C) a competência para sua instituição é dos entes municipais
 (D) é uma taxa cujo fato gerador é o serviço público de iluminação
29. A respeito do Município, é correto afirmar que:
- (A) é regido por uma Lei Orgânica
 (B) é regido por um Plano Diretor
 (C) é regido por uma Constituição Estadual
 (D) é regido por uma Lei Complementar
30. Aos entes federativos municipais **NÃO** é atribuída a competência para:
- (A) a instituição de autarquias
 (B) a constituição de sociedades de economia mista
 (C) a instituição de fundação
 (D) a estruturação de Poder Judiciário
31. Ao Poder Judiciário **NÃO** cabe:
- (A) editar leis em sentido estrito
 (B) editar resoluções
 (C) executar atos administrativos próprios
 (D) manter guarda judiciária
32. Ao Município compete legislar acerca das seguintes matérias:
- (A) regras gerais tributárias
 (B) direito urbanístico
 (C) direito civil
 (D) normas criminais
33. São tributos municipais:
- (A) ITD e ITBI
 (B) taxa de incêndio e IPTU
 (C) ICMS e IPTU
 (D) taxa de coleta de lixo e ITBI
34. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou:
- (A) agente da administração direta ou indireta no exercício de quaisquer atribuições
 (B) autoridade privada no exercício de atribuições de sua competência exclusiva
 (C) agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público
 (D) agente da administração direta ou indireta no exercício de atribuições de sua esfera privada
35. O princípio que determina que a Constituição está no ápice do ordenamento jurídico constitucional e nenhuma norma jurídica pode contrariá-la material ou formalmente, sob pena de inconstitucionalidade, denomina-se:
- (A) imperatividade
 (B) supremacia
 (C) taxatividade
 (D) rigidez
36. **NÃO** constitui meio hábil para promover demissão de servidor público estável:
- (A) sentença judicial transitada em julgado
 (B) extinção, por lei, do cargo público que ocupa
 (C) processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa
 (D) avaliação periódica de desempenho, segundo lei complementar, assegurada ampla defesa
37. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, **NÃO** poderá o Supremo Tribunal Federal, quanto à eficácia da decisão:
- (A) restringir seus efeitos
 (B) condicioná-la à ratificação do Senado Federal
 (C) fixar sua produção a partir de seu trânsito em julgado
 (D) fixar sua produção a partir de determinado momento a ser fixado

38. Em matéria de manifestação soberana da vontade política de um povo, diz-se que a Assembleia Nacional Constituinte detém o poder constituinte:
- (A) originário
 - (B) derivado
 - (C) decorrente
 - (D) supremo
39. O filho de pais alemães, nascido na República Federativa do Brasil, desde que os ascendentes não estejam a serviço da Alemanha, é:
- (A) brasileiro naturalizado
 - (B) estrangeiro
 - (C) brasileiro nato
 - (D) apátrida
40. O controle concentrado de constitucionalidade das leis é exercido pelo:
- (A) presidente da República, quando este veta projeto de lei
 - (B) Tribunal de Justiça do Estado, quando este julga ação direta de inconstitucionalidade
 - (C) Supremo Tribunal Federal, quando este julga recurso extraordinário
 - (D) juiz singular de primeiro grau, quando este julga mandado de segurança coletivo

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. A petição inicial, na ação de execução fiscal, deverá ser instruída, necessariamente, com:
- (A) o pedido de produção de provas
 - (B) a comprovação da notificação do lançamento
 - (C) a certidão da dívida ativa
 - (D) a indicação do valor da causa
42. **NÃO** é espécie de intervenção de terceiros:
- (A) o chamamento ao processo
 - (B) a oposição
 - (C) a assistência
 - (D) o litisconsórcio
43. A respeito dos prazos processuais, pode-se afirmar que:
- (A) quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em quádruplo os prazos para contestar
 - (B) na apelação e no recurso ordinário, o prazo para interpor e para responder é de 10 (dez) dias
 - (C) quando for parte a Fazenda Pública, será computado em quádruplo o prazo para contestar
 - (D) o prazo para oferecimento de contestação, exceção e reconvenção pelo réu é de 10 (dez) dias
44. **NÃO** é condição da ação:
- (A) capacidade de ser parte
 - (B) possibilidade jurídica do pedido
 - (C) legitimidade das partes
 - (D) interesse de agir
45. A alternativa correta, quanto ao prazo da Fazenda Pública em Juízo, é:
- (A) 10 dias para a interposição de recurso especial
 - (B) 15 dias para a interposição de agravo de instrumento
 - (C) 20 dias para apresentação de embargos declaratórios
 - (D) 30 dias para a apresentação de recurso de apelação
46. Extingue-se a ação sem resolução do mérito quando:
- (A) reconhecida a prescrição
 - (B) houver convenção de arbitragem
 - (C) constatada a decadência
 - (D) as partes são legítimas
47. O prazo regular para apresentação de contestação pelo ente público em ação popular é de:
- (A) 20 dias
 - (B) 30 dias
 - (C) 40 dias
 - (D) 60 dias
48. Se o réu **NÃO** contestar ação que verse sobre direitos disponíveis, o autor:
- (A) poderá alterar a causa de pedir, independentemente de nova citação
 - (B) não poderá apresentar reconvenção, salvo promovendo nova citação
 - (C) poderá alterar o pedido, independentemente de nova citação
 - (D) não poderá alterar o pedido, salvo promovendo nova citação
49. A sentença que julga procedente a ação de conhecimento, aplicando fundamentos legais diversos daqueles apresentados na petição inicial é:
- (A) inexistente
 - (B) válida
 - (C) *extra petita*
 - (D) *ultra petita*
50. Pode-se afirmar que a exceção de pré-executividade é:
- (A) uma espécie de reconvenção
 - (B) um tipo de recurso excepcional
 - (C) uma forma de defesa
 - (D) uma ação de rito especial